



Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

DECRETO Nº 43.555, DE 05 DE JANEIRO DE 2005

Estabelece calendário de feriados, de pontos facultativos e de expedientes matutino e vespertino para ser observado pelos Órgãos e Entidades da Administração Estadual no ano de 2005, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 82, incisos V e VII, da Constituição do Estado,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o calendário de feriados, de pontos facultativos e de expedientes matutino e vespertino para ser observado pelos Órgãos da Administração Estadual, incluindo as Autarquias e Fundações Públicas no ano de 2005, como segue:

I - Feriados Nacionais:

a) 21 de abril (Tiradentes),

b) 1º de maio (Dia Universal do Trabalho),

c) 7 de setembro (Proclamação da Independência),

d) 12 de outubro (Padroeira do Brasil),

e) 2 de novembro (Dia dos Finados),

f) 15 de novembro (Proclamação da República),

g) 25 de dezembro (Natal);

II - Feriado Estadual:

a) 20 de setembro (data magna estadual);

III - Feriados Municipais:

a) 2 de fevereiro (Festa Nossa Senhora dos Navegantes),

b) 25 de março (Sexta-Feira da Paixão),

c) 26 de maio (Corpus-Christi);

IV - Pontos Facultativos:

a) 7 e 8 de fevereiro (Carnaval),

b) 26 de março (Sábado da Semana Santa),

c) 15 de outubro - só nos estabelecimentos de ensino (Dia do Professor),

d) 28 de outubro (Dia do Funcionário Público);

V - Expedientes Matutino:

a) 24 de março (Quinta-Feira Santa),

b) 24 e 31 de dezembro (dias que antecedem o Natal e Ano Novo);

VI - Expediente Vespertino:

a) 9 de fevereiro - a partir das 13 horas (Quarta-Feira de Cinzas).

§ 1º - Os serviços considerados essenciais não se suspenderão por efeito do calendário disposto nos incisos acima.

§ 2º - Os feriados referidos no inciso III serão adotados tão somente nos Municípios que tiverem decretado feriado nos dias ali indicados.

Art. 2º - Os dirigentes das Fundações de direito privado mantidas pelo Estado, das sociedades de economia mista e das suas subsidiárias e as empresas públicas, poderão adotar o calendário referido nos incisos IV, V e VI do artigo anterior, mediante compensação, observado a legislação vigente, desde que sejam mantidos os serviços essenciais, especialmente aqueles que, por força de normas próprias, não podem sofrer solução de continuidade.

§ 1º - A adoção do ponto facultativo e dos expedientes matutino e vespertino permitida no caput do artigo implica na elaboração de escalas de compensação de horário, que serão estabelecidas pelas Entidades indicadas no mesmo, a fim de que seja garantida a prestação dos serviços considerados essenciais.

§ 2º - A compensação de horário referida no parágrafo anterior somente poderá ser adotada, desde que haja, por escrito, acordo prévio.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PALÁCIO PIRATINI, em Porto Alegre, 05 de janeiro de 2005.

43555		48322	DEC	
-------	--	-------	-----	--